

Congresso apoiará

Brasília, terça-feira, 16 de janeiro de 1990 5

DEBATE

Collor, garante Cabral

A equipe responsável pela ordenação política do futuro governo Collor, reunida durante toda a manhã de ontem no Anexo do Itamarati, avaliou a capacidade de as medidas econômicas do presidente eleito conseguirem obter maioria no Congresso Nacional que possibilite a sua aprovação. "A sensibilidade política dos parlamentares dará cobertura às medidas que vierem a ser adotadas", comentou o deputado Bernardo Cabral, futuro ministro da Justiça. "A metade dos senadores votou em Collor no segundo turno das eleições, por isso, acredito que não haverá dificuldades para conseguir apoio da maioria dos senadores para, pelo menos, as primeiras medidas do novo governo", disse o senador Affonso Camargo, que irá articular o apoio do Senado para o governo Collor.

A reunião no prédio conhecido por "Bolo de Noiva" contou com a participação do líder do PRN, Renan Calheiros; do embaixador Marcos Coimbra; do deputado Konder Reis, além do senador Affonso Camargo e do deputado Bernardo Cabral. O presidente eleito, Fernando Collor, segundo Affonso Camargo e Bernardo Cabral, recebeu uma análise de como deve se comportar o Poder Legislativo com relação às medidas que pretendem adotar, além de uma avaliação dos nomes com os quais poderá contar para garantir a aprovação de suas propostas econômicas.

Ao ser procurado para dar informações sobre a reunião, o líder do PRN, Renan Calheiros, disse que não poderia falar sobre o assunto, porque a delegação para isso teria ficado com o futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral. O deputado Konder Reis também evitou fazer qualquer comentário com a mesma argumentação.

Bernardo Cabral, por sua vez, informou que o presidente eleito, Fernando Collor, deverá apresentar as medidas econômicas que pretende adotar a todas as lideranças políticas, antes de enviá-las para o Congresso Nacional, "para dar uma satisfação às lideranças e evitar surpreender os parlamentares, que não apresentarão dificuldades para aprová-las", acredita o futuro ministro da Justiça. Cabral disse que já conhecia as medidas propostas pela economista Zélia Cardoso de Mello, mas não quis confirmar se estava fazendo estudos para viabilizá-las juridicamente.

O parlamentar disse que pretende reservar as próximas semanas para conversas com as mais significativas entidades representativas da sociedade civil, em torno de uma "união nacional" para tirar o País da crise. Ele acredita que deverá encontrar dificuldades regionais que deverão ser transpostas em benefício do interesse nacional. Ele também não quis adiantar nenhuma medida que pretende adotar em seu ministério, "em respeito ao titular da pasta que ainda tem dois meses de governo pela frente".

Nesta conversa que pretende ter com todas as lideranças políticas, Cabral afirma que não irá excluir nem mesmo o PT, "que merece o respeito como partido político".

O senador Affonso Camargo disse que uma das principais dificuldades que tem encontrado diz respeito à ausência dos parlamentares em Brasília. Mesmo assim, adiantou que já teve algumas conversas com o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, com o vice-líder, senador Jutahy Magalhães, e com o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso. Para ele, o fato de esses dois partidos terem se definido por uma oposição não sistemática poderá beneficiar o futuro governo, "porque quando houver alguma medida do interesse nacional certamente receberá o apoio de ambos", disse Affonso.

Ele explicou que apesar de se manter no PTB, deverá articular o apoio dos senadores para o governo Collor conseguir aprovar pelo menos as suas primeiras medidas econômicas. "Para isso, é necessário que as lideranças conheçam previamente o plano econômico de Collor, para que nós tenhamos uma maior facilidade para desobstruir os canais entre o Executivo e o Legislativo, que ficaram fechados durante todo o ano de 1989", comentou o parlamentar.

Ele explicou que a conversa com as lideranças é importante porque o regimento interno do Senado Federal não permite a criação de blocos suprapartidários — reunindo parlamentares de vários partidos — mas sim de blocos interpartidários — reunindo vários partidos como um todo. Daí a sua preocupação em reunir as lideranças partidárias, para convencê-las "que é fundamental o apoio do Congresso Nacional para o futuro governo". Ele acredita que a maioria do Senado Federal já está predisposta a apoiar Collor.